

## **REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE ABRANTES**

### **PREÂMBULO**

Os Orçamentos Participativos contribuem para o aprofundamento da democracia participativa consagrada no art.º 2º da Constituição da República Portuguesa.

Na senda de uma política de aproximação da administração aos cidadãos/ãs, a Câmara Municipal de Abrantes reconhece o Orçamento Participativo (OP) como um importante contributo no processo de maturidade democrática das populações, pelo que procura com a sua implementação, incentivar a participação e o envolvimento dos cidadãos/ãs na definição e implementação das políticas públicas, nomeadamente, a nível local.

Assim, pretende-se com este Regulamento definir as normas do processo de participação e discussão pública inerente à implementação do Orçamento Participativo no Município de Abrantes, assumindo o compromisso de, sucessivamente, as adequar às necessidades da governação do Município.

O presente projeto de regulamento foi elaborado ao abrigo do uso da competência regulamentar conferida pelo artigo 241º da Constituição da República e pela alínea k) do nº 1 do artigo 33º conjugado com a alínea g) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Para efeito do disposto no nº 3 do art.º 101º do CPA, informa-se que a versão inicial deste regulamento foi sujeita a consulta pública, ao abrigo do estipulado na al. c) do nº 3 do art.º 100º do CPA.

Decorridas três edições do Orçamento Participativo de Abrantes, introduzem-se alterações ao regulamento, que no essencial, alteram a periodicidade da iniciativa e adaptam o cronograma a esta nova realidade, não revestindo, uma alteração do paradigma do regulamento inicial.



## **Capítulo I**

### **Disposições Gerais**

#### **Artigo 1º**

##### **Princípios Orientadores**

O Orçamento Participativo de Abrantes, adiante designado por OP, sustenta-se nos seguintes princípios:

1. Democracia participativa;
2. Partilha do poder de decisão;
3. Disponibilização de mecanismos de debate, concertação e participação diversificados;
4. Disponibilização de meios diversos de divulgação e acesso à informação;
5. Prestação de contas aos cidadãos/ãs;
6. Avaliação e aperfeiçoamento.

#### **Artigo 2º**

##### **Objetivos**

1. O orçamento participativo visa estimular o envolvimento e a participação dos cidadãos/ãs nos processos de governação local, de forma informada, ativa e responsável, com os seguintes objetivos:
  - a) Adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expetativas das populações, através da sua auscultação em face de situações concretas;
  - b) Contribuir para o reforço da qualidade da democracia, aumentando a transparência da atividade autárquica, quer ao nível das eleitas e dos eleitos, quer da estrutura orgânica do município;
  - c) Incentivar o diálogo entre eleitos/as, técnicos/as municipais, cidadãos/ãs e a sociedade civil organizada, com vista a que se encontrem as melhores soluções para resolução dos problemas, em função dos recursos disponíveis.



### **Artigo 3º**

#### **Âmbito**

O OP abrange todo o território do concelho de Abrantes e envolve todas as áreas de competência da Câmara Municipal de Abrantes.

### **Artigo 4º**

#### **Verba a afetar ao OP**

A verba do orçamento municipal a atribuir ao OP é definida, bienalmente, pela Câmara Municipal e constará das normas de participação.

## **Capítulo II**

### **Participação**

### **Artigo 5º**

#### **Ciclo da Participação**

1. O OP tem um ciclo bienal composto pelas seguintes fases:
  - a) Divulgação do processo;
  - b) Apresentação de propostas;
  - c) Seleção e análise técnica das propostas;
  - d) Período de reclamações e decisão sobre as reclamações;
  - e) Divulgação da lista final de projetos;
  - f) Votação;
  - g) Anúncio público dos projetos vencedores;
  - h) Implementação, acompanhamento e monitorização do processo.
2. O calendário do ciclo bienal será definido e divulgado publicamente em cada nova edição do OP.

### **Artigo 6º**

#### **Assembleias Participativas**

1. As Assembleias Participativas (AP) visam:
  - a) dinamizar o exercício da cidadania e promover a construção conjunta e debate público de propostas a apresentar no âmbito do OP;

- b) permitir a apresentação de propostas e discussão sobre as mesmas;
  - c) promover a participação dos cidadãos/ãs com dificuldades de acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC);
  - d) prestar esclarecimentos sobre todo o processo associado ao Orçamento Participativo.
- 2. Os cidadãos/ãs podem participar em qualquer sessão pública independentemente da sua localidade de residência.
  - 3. O registo das pessoas que participam poderá ser feito no local de realização da sessão, antes do início dos trabalhos, ou no portal “Abrantes 360”.
  - 4. Cada proponente dispõe do tempo máximo de 10 minutos para apresentar a sua proposta.
  - 5. As Assembleias Participativas podem realizar-se independentemente do número de participantes, sendo apenas espaços de esclarecimento, apresentação informal e discussão das propostas.

## **Artigo 7º**

### **Participantes no OP**

- 1. Podem participar no OP, apresentando proposta ou votando nas propostas, todos/as os cidadãos/ãs com idade igual ou superior a 16 anos, naturais ou com residência no concelho de Abrantes, estudantes, empresários/as ou trabalhadores/as no concelho.
- 2. Os cidadãos/ãs não naturais do concelho, mas residentes, estudantes, empresários/as ou trabalhadores/as em Abrantes, devem apresentar documento que comprove a situação, nomeadamente, apresentando:
  - a) uma fatura dos SMA ou de uma empresa de eletricidade ou de telecomunicações;
  - b) apresentando certificado de matrícula em estabelecimento de ensino do concelho;
  - c) apresentando documento da entidade empregadora, que confirme a sua ligação à empresa.
- 3. Podem apresentar propostas, os cidadãos/ãs, individualmente ou em representação de organizações da sociedade civil, grupos de moradores/vizinhos ou vizinhas e outros, de forma organizada e no quadro do interesse público e municipal.

4. Cada participante só pode apresentar uma proposta.
5. Apenas serão consideradas as propostas identificadas com o nome do/a proponente, indicação de contacto telefónico e endereço de email válidos.
6. Para votar nas propostas, os cidadãos/ãs terão de estar inscritos/as no portal “Abrantes 360”.
7. Na fase de votação, cada cidadão/ã inscrito/inscrita terá direito a 2 votos, os quais devem ser usados em projetos diferentes.
8. No desenvolvimento do processo serão utilizados instrumentos diversificados de participação, quer suportados nas novas tecnologias da informação e comunicação, quer em mecanismos de participação presenciais, nomeadamente, Assembleias Participativas (AP), promovidas pela Câmara Municipal, em articulação com as juntas de freguesia, procurando garantir que todos/as os/as que pretendam participar na vida do concelho disponham de meios adequados para tal.

## **Artigo 8º**

### **Apresentação de Propostas**

1. As propostas apresentadas devem revestir-se de interesse para o concelho e para o bem comum dos cidadãos/ãs, não prosseguindo fins lucrativos e, no caso de serem vencedoras, serão implementadas pela Câmara Municipal, em parceria com Juntas de Freguesia e/ou outras entidades, quando tal se revele de interesse público.
2. As propostas são apresentadas em formulário disponibilizado para o efeito, no portal “Abrantes 360”.
3. Não são consideradas as propostas entregues por outras vias, nomeadamente, por correio eletrónico ou em papel.
4. Para melhor análise da proposta, os/as respetivos/as proponentes devem apresentar como anexos à proposta, fotografias, mapas/plantas e outros documentos que considerem importantes.
5. Depois de inserida no portal, a proposta pode ser retirada e/ou alterada até à data limite do prazo para apresentação das mesmas.

## **Artigo 9º**

### **Elegibilidade das Propostas**

1. Só serão elegíveis propostas, que:

- a) se refiram a investimentos, manutenções, eventos ou atividades, que se insiram nas áreas de competência da autarquia, nomeadamente:
  - i. Ação Social e Habitação;
  - ii. Cultura;
  - iii. Educação e Juventude;
  - iv. Desporto;
  - v. Espaço Público e Espaços Verde;
  - vi. Infraestruturas Viárias;
  - vii. Modernização Administrativa;
  - viii. Proteção Ambiental e Energia;
  - ix. Urbanismo, Reabilitação e Requalificação Urbana;
  - x. Higiene Urbana;
  - xi. Segurança e Proteção Civil;
  - xii. Turismo, Comércio e Desenvolvimento. Económico.
- b) Sejam claras, objetivas e considerados tecnicamente exequíveis pelos Serviços da Câmara Municipal de Abrantes;
- c) tenham estimativa orçamental, que inclua a elaboração de projeto se este for necessário à execução do mesmo, bem como, o valor do IVA à taxa legal em vigor, se a ele houver direito; refiram o local de implementação, caso tenham impacto físico no território;
- d) respeitem o limite orçamental anualmente definido pelo órgão executivo do Município;
- e) não configurem pedidos de apoio para entidades ou pessoas;
- f) a implementação não beneficie, direta ou indiretamente, determinada entidade ou pessoa em particular, exceto se o equipamento ou infraestrutura objeto de intervenção for propriedade municipal e se encontre cedido a título temporário à(s) entidade(s);

- g) não impliquem custos de manutenção e funcionamento acima do admissível para projetos semelhantes;
  - h) sejam registadas na plataforma Abrantes 360 dentro do prazo estipulado para o efeito;
  - i) não ultrapassem o período de execução que vier a ser definido, bienalmente, nas normas de participação;
  - j) não dependam de parcerias ou pareceres de entidades externas, cujo período dilatado de obtenção seja incompatível com os prazos estipulados no presente regulamento para a execução das respetivas propostas;
  - k) sejam compatíveis com os planos ou projetos municipais;
  - l) não estejam a ser executadas no âmbito do Plano Anual de Atividades Municipal ou do Plano Plurianual de Investimentos;
  - m) não contrariem regulamentos municipais, nem violem a legislação em vigor;
  - n) não sejam relativas à cobrança de receita ou ao funcionamento interno do Município;
  - o) apresentem todos os dados necessários à sua avaliação e que sejam adaptáveis a projeto, sendo que, cada proposta apenas poderá dar origem a um só projeto;
  - p) impliquem a utilização de terrenos do domínio privado sem que a respetiva autorização prévia dos legítimos proprietários seja obtida até à fase de votação das propostas;
  - q) não sejam comissionadas por marcas registadas, abrangidas por direitos de autor ou tenham sobre si patentes registadas;
  - r) Não configurem venda de serviços a entidades concretas;
2. Em cada edição o executivo poderá limitar, as áreas de enquadramento das propostas a apresentar naquele biénio, em função das prioridades de investimento, bem como, o valor máximo das propostas a apresentar em cada biénio.

## **Artigo 10º**

### **Análise Técnica das Propostas**

1. Todas as propostas apresentadas serão analisadas pelos serviços municipais para aferir da viabilidade e elegibilidade das mesmas.

2. Para o efeito será constituída uma equipa multidisciplinar, integrando técnicos/as, de acordo com a área de intervenção do projeto.
3. A análise técnica pode levar à necessidade de ajustamentos de alguns aspetos das propostas apresentadas. As propostas manterão a intenção proposta, mas serão adaptadas pelos serviços municipais, que estimam com mais exatidão os custos envolvidos e o prazo de execução. Nestes casos, após consulta aos/às proponentes, poderão ser colocadas à votação, propostas que não correspondam na íntegra à proposta apresentada inicial.
4. A equipa multidisciplinar poderá interagir com os cidadãos/ãs proponentes, através do telefone, telemóvel ou email registados no formulário da candidatura, com a finalidade de esclarecer dúvidas ou solicitar informações/elementos complementares.
5. Caso a equipa técnica verifique semelhança no conteúdo de algumas propostas ou contiguidade geográfica entre propostas, pode verificar-se a sua fusão, após concordância dos e das proponentes.
6. Nesta fase, a equipa técnica poderá solicitar aos/às proponentes informação complementar sobre a proposta apresentada.
7. O indeferimento de uma proposta será devidamente fundamentado e publicitado no portal “Abrantes 360” e comunicado aos/às proponentes.
8. As propostas, após o trabalho de adaptação a projeto, assim como os documentos que lhes possam ter sido anexados, passam a ser propriedade do Município de Abrantes.

### **Artigo 11º**

#### **Período de reclamação**

1. Da análise técnica efetuada às propostas, resultará uma listagem provisória dos projetos a submeter a votação.
2. Em caso de discordância com a não adaptação da sua proposta a projeto ou com forma de adaptação das propostas a projetos, os cidadãos/ãs poderão apresentar reclamações no período definido para o efeito, através do portal “Abrantes 360”, mediante preenchimento de formulário para o efeito.
3. Após análise das reclamações apresentadas, será dada resposta às mesmas e publicada listagem final de projetos a submeter à votação.



## **Artigo 12º**

### **Votação**

1. A votação dos projetos decorre em período a definir bienalmente pela Câmara Municipal e no portal do Município “Abrantes 360”, no separador do orçamento participativo.
2. Poderão ser disponibilizados postos para votação online, em locais a definir pelo Município, onde estarão colaboradores/as da autarquia devidamente credenciados/as para informar e ajudar na votação.
3. Poderá existir mais do que um projeto vencedor, sendo essa situação definida bienalmente nas normas de participação, em função das prioridades de investimento e do orçamento que for afeto ao Orçamento Participativo.
4. Caso se verifique empate na votação serão aplicados os seguintes critérios de desempate:
  - a) Será dada prioridade ao projeto a executar na freguesia com menor número de projetos vencedores;
  - b) Aplicando o número anterior e mantendo-se a situação de empate será realizado sorteio público.

## **Artigo 13º**

### **Projetos Vencedores**

1. Os projetos vencedores serão incorporados no Orçamento do Município.
2. Os projetos vencedores são os que recolherem o maior número de votos, até perfazerem o montante máximo definido para a edição do OP em cada biénio.
3. Caso um projeto integre a lista dos mais votados, mas o respetivo montante ultrapasse o valor máximo definido para a edição do OP daquele ano, o mesmo não será declarado vencedor dando lugar a projeto(s) subsequente(s), até que a verba se esgote
4. Os projetos vencedores serão identificados com o logotipo do Orçamento Participativo.
5. Tratando-se da realização de obras/empreitadas, o local será identificado, durante a execução e depois de concluído, com sinalética que permita identificar que o projeto teve origem no orçamento participativo.

## **Artigo 14º**

### **Acompanhamento e Avaliação**

1. De acordo com o princípio da transparência, o Município de Abrantes compromete-se a publicar no portal “Abrantes 360”, e noutros meios de comunicação do Município, informação sobre as diversas fases do processo, bem como, sobre a evolução dos projetos, na fase de execução.
2. Anualmente, será elaborado um relatório de avaliação global e disponibilizado para consulta dos cidadãos/ãs.
3. O processo do Orçamento Participativo será avaliado e revisto bienalmente, na senda de um contínuo aperfeiçoamento.

#### **Artigo 15º**

##### **Casos Omissos**

As omissões ou dúvidas surgidas na interpretação das presentes normas serão resolvidas no âmbito da equipa do orçamento participativo, dando conhecimento das mesmas à Câmara Municipal ou por decisão da Câmara Municipal quando for o caso.

#### **Artigo 16º**

##### **Entrada em vigor**

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República e no sítio institucional do Município na Internet.